

Aos vinte e cinco dias de julho de dois mil e vinte e dois reuniram-se em, às 17:00 horas, os integrantes do CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES na plataforma Teams, da Microsoft. Em razão de insuficiência de quórum, a reunião teve seu início adiado para às 17:30. Na reunião em questão não houve nenhum pedido ou solicitação de pauta por e-mail. A conselheira Adriana tomou então a palavra e citou a aprovação da ata da última reunião pela mesa diretora. Em seguida, a conselheira Roberta levantou um questionamento referente ao retorno dos ofícios encaminhados às secretarias, e a secretária Heloísa informou que não houve devolutiva por parte de nenhuma secretaria. Foi sugerido que fosse feito um segundo contato com as conselheiras das pastas que não deram retorno e também de fazer um reforço dos ofícios já enviados para que haja uma consolidação desses dados. Em um momento posterior da reunião, Ana Cristina trouxe uma sugestão de reenviar esses ofícios sem respostas diretamente para os chefes de gabinete, e não para as áreas técnicas, como já foi feito. Também foi levantada uma pauta de urgência pela Ana Cristina, sobre a composição de uma comissão eleitoral para a eleição do CPM. A gestão está prorrogada este ano, numa decisão que foi aprovada em pleno, mas é necessário fazer a votação até o fim de 2022 para a nova gestão de 2023. Por isso, é preciso montar uma comissão eleitoral com uma representante de cada segmento (no mínimo) para começar a discutir os termos da eleição. A secretária Heloisa lembrou que na última eleição em 2019 foram organizados 16 pontos de votação, localizados em subprefeituras e nos CRM's. O voto foi em cédula em urnas de pano emprestadas pelo sindicato dos comerciários, e cerca de 2500 mulheres participaram do processo de votação. Em seguida, explicou como funciona o processo eleitoral: o processo de candidatura funciona por meio de edital de chamamento. O CPM se reúne, forma-se uma comissão eleitoral, essa comissão aprova o regimento da eleição e posteriormente, o edital de chamamento fica aberto por um período para o recebimento de candidaturas. Ao fim do prazo, a comissão eleitoral homologa as candidaturas, elas têm o período pré

campanha, se estabelece uma data da votação, seguidos da apuração e divulgação de resultado. A comissão eleitoral precisa ser composta por uma representante de cada segmento no mínimo, ou seja, uma representante das entidades mistas, uma representante das entidades feministas, uma representante das conselheiras de governo e uma representante das conselheiras regionais. Dessa forma, cria-se a comissão eleitoral, e esta se reúne para aprovar os documentos e fazer o acompanhamento do processo de construção do processo eleitoral. Nesse sentido, a conselheira Adriana propôs chamar já para a próxima reunião a constituição da comissão eleitoral seguindo os critérios estabelecidos para que as organizações possam fazer as indicações das representantes na próxima reunião e propor o formato da eleição. Sugeriu ser do modo presencial, como foi a última, ao final de novembro/início de dezembro, além da construção de um calendário de reuniões da comissão e questionou como seria o modelo de edital de chamamento. Heloisa respondeu ressaltando que o conselho já possui o modelo de 2019, que caso fosse aprovado pelas membras do conselho, a utilização deste modelo para esse ano também tornaria o processo mais simplificado. Assim, a comissão discute estrutura, submete pro pleno, o pleno aprovando, já é possível a viabilização. Foi sugerido que já se realizasse um levantamento prévio das conselheiras que estivessem interessadas em fazer parte da reunião por conta da dificuldade do estabelecimento de quórum nas reuniões. As interessadas manifestaram-se no chat da videochamada, assim como ficou encaminhado que as conselheiras que estiveram ausentes na reunião se manifestassem por e-mail e via grupo de WhatsApp. Ficou decidido que o fechamento da comissão será na próxima reunião, desde que haja quórum estabelecido. Em seguida, a conselheira Fátima demonstrou preocupação quanto a realização de uma eleição nesse momento, tendo em vista as demandas relacionadas às eleições gerais, por exemplo. A conselheira Roberta afirmou que a viabilidade da realização ou não da eleição caberia à comissão discutir, no entanto, ressaltou a questão do quórum das reuniões que tem tido dificuldade para ser alcançado. Em seguida deu a sugestão de

que haja uma deliberação para que caso na próxima reunião ordinária não houvesse quórum, a votação da comissão fosse realizada de forma online. A conselheira Melissa concordou com o posicionamento de Fátima, e afirmou ser importante ter um cronograma já na próxima reunião, mas que seria interessante que as eleições fossem apenas posteriormente, como no início do ano que vem, por exemplo. Além disso, acredita que por conta de diversos fatores, a eleição do CPM neste ano fica inviável. Ana Cristina, pensando no que foi dito pelas demais, trouxe a sugestão de uma reunião extraordinária de pauta única ainda em agosto para fazer um levantamento das interessadas, verificar o quanto as conselheiras estão envolvidas, etc. para o próximo pleno já estar mais alinhado. Regina da Secretaria Municipal da Justiça concordou com o posicionamento de Ana Cristina sobre o estabelecimento de uma reunião no dia 10 de agosto, pois desta forma todas terão ciência e não ocorrerá o risco de ter algum ato anulado em decorrência daquilo que não foi proposto e nem colocado em pauta anteriormente. A secretária Heloísa consolidou as propostas para a votação: i. proposta de apresentação prévia de quem tem interesse; ii. em caso de não observância do quórum na próxima reunião, a deliberação sobre a composição da comissão eleitoral vai se dar por meio eletrônico, e por fim iii: proposta de uma reunião extraordinária para o dia 10 de agosto para tratar da pauta da eleição. Ambas as propostas foram amplamente aceitas pelo Pleno sem objeções. Roberta, representante das do grupo Mulheres do Brasil (entidade feminista), Eliane de Cássia, representante de MDM - Movimento pelo Direito à Moradia (entidade mista), Fátima dos Santos, representante de UMMSP - União dos Mov. de Moradia/São Paulo e Interior (entidade mista) e Adriana Pereira, conselheira regional da zona sul manifestaram interesse em compor a comissão. A conselheira suplente da equipe de governo aberto também manifestou interesse, porém afirmou que primeiro vai confirmar com a conselheira oficial se existe essa possibilidade. Heloisa também citou que houve retorno do ofício da Secretaria de Segurança, mas por conta do horário da reunião, as conselheiras preferiram que fosse encaminhado por e-mail, e será incluído como pauta do próximo pleno.

ENCAMINHAMENTOS:

- Fazer o reforço dos ofícios por e-mail e incluir essa pauta na próxima reunião, com envio para os chefes de gabinete das áreas em questão e também o acionamento das conselheiras das respectivas pastas.
- Na próxima reunião, as entidades e as conselheiras virão com as indicações das candidaturas para participar ou não da comissão, além da elaboração de um calendário de atividades eleitorais do conselho.
- Reunião extraordinária no dia 10 de agosto para definição de calendário e também composição da comissão eleitoral.